

Demanda por cursos técnicos

MARCELO NERI

GESTORES E pesquisadores têm o hábito de basear decisões e sugestões de política pública seguindo uma perspectiva de oferta e não de demanda. Mas o derradeiro teste da política pública se dá na sua aceitação, ou não, pela respectiva clientela final.

Por exemplo, quando perguntamos aos pequenos empresários qual a natureza da maior dificuldade percebida do negócio, tais como deficiência de tecnologias, infraestrutura, formalização, crédito, mão de obra qualificada, entre outras, a resposta mais frequente é “nenhuma das alternativas acima”, mas “a falta de clientes ou o excesso de concorrência no mercado”.

Proporção semelhante é encontrada em pesquisas que perguntam ao jovem, de 15 a 17 anos, por que não está na escola regular: 67% das respostas abrangem elementos de demanda como a falta de interesse ou renda.

Antes de um Gosplan (política de economia planejada da União Soviética) de educação profissional, é preciso ouvir a demanda do trabalho e do capital.

Não basta ter no papel um bom plano de educação profissional que atenda as prioridades produtivas vislumbradas para a nação; acima de tudo, antes ele tem de atender as aspirações dos trabalhadores e das empresas. A demanda por educação profissional é muito mais complexa do que a da escola regular.

O menu profissionalizante inclui cursos de qualificação profissional, técnico de ensino médio e gradua-

ção tecnológica numa miríade de temas que vão da informática à saúde, passando por cursos de estética e de gestão, entre outros.

Nessa selva de cursos em diferentes níveis e temas ofertados por diversos atores, é fácil se perder no caminho. Essa é a lição de uma pesquisa realizada pelo CPS/FGV para o Senai (www.fgv.br/cps/senai) sobre as razões da demanda pelos cursos profissionalizantes.

Uma linha de investigação pouco explorada é composta de perguntas aos jovens sem educação profissional quanto à falta de motivações: seria a ausência de interesse, neces-

A demanda por educação profissional é muito mais complexa do que a da escola regular

sidade imediata de geração de renda ou os baixos retornos prospectivos percebidos por eles?

Essas questões encontram respostas naqueles sem curso profissionalizante. A falta de demanda é a razão majoritária para não fazer cursos profissionalizantes, que se divide por sua vez em dois tipos básicos: ausência de interesse intrínseco (68,8%) e falta de condições

financeiras (14,17%), que é motivo de demanda, mas poderia ser enfrentado com a oferta de bolsas de estudo profissionalizantes, como nas tentativas de atrelá-las ao Bolsa Família, na criação de um Fies ou de um ProUni do ensino técnico.

Os demais motivos alegados são residuais (6,57%) ou a falta de oferta (10,47%). As motivações de oferta, por sua vez, se dividem em falta de escola na região (8,64%), ausência de curso desejado na escola existente (1,4%) e falta de vagas nos cursos existentes.

Nada menos que 83% das razões apresentadas pelos sem educação profissional se referem à falta de demanda e não de oferta.

Isto é, os cursos oferecidos não encontram correspondência nem no mercado de trabalho nem no interesse dos alunos —69% daqueles sem educação profissional apontam falta de interesse nos programas oferecidos e não falta de cursos.

A perda de interesse, por sinal, também é a razão apresentada por 55% dos que abandonaram as aulas. Somente 8% abandonam, mostrando que o gargalo maior está em atrair —e não em manter— o jovem.

A falta de interesse das empresas em contratar, por sua vez, explica 31% da não colocação no mercado na opinião dos egressos desses cursos. Esse desinteresse reflete a inadequação dos cursos às necessidades das pessoas e às especificidades do mercado, como a oferta de um curso de datilografia quando as pessoas querem um de informática.

Esse seria o lado Gosplan de não

olhar para o que as pessoas físicas e as empresas, que formam o mercado de trabalho, querem.

Outro ponto é que falta informação da população sobre os impactos do curso. Por exemplo, o técnico médio alavanca o salário em 14% para cima do que se obtém com o médio regular.

MARCELO NERI, 49, é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE, na FGV, e autor de "Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameem Brasileiro" (editora da FGV) e "A Nova Classe Média" (editora Saraiva).

www.fgv.br/cps

mcneri@fgv.br

Catarina Bessel

